

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 530.944 - TO (2019/0261963-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : ADRIANO DIAS PINHEIRO
ADVOGADOS : JANDER ARAÚJO RODRIGUES - TO005574
BELCHIOR GUIMARAES ALVES FILHO - DF045095
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. DECRETO CONDENATÓRIO HÍGIDO. OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, em homenagem ao princípio da celeridade e economia processual.
2. É hígido o decreto condenatório, resultado de um processo esteado nas garantias do contraditório e da ampla defesa, comprovada a prática do delito por meio de reconhecimento fotográfico, confissão dos réus e depoimentos testemunhais, não havendo que se falar em eiva processual apta a ensejar a nulidade processual.
3. O acórdão atacado afastou, de modo suficiente, a alegada obtenção de provas por meio da tortura, *conforme se verifica pelo Laudo de Exame de Corpo de Delito e Lesão Corporal, emitido no dia da prisão (23/4/2007), consta a informação de que ambos os periciados não apresentavam ferimentos recentes, o que também afasta a tese de tortura.*
4. A pretensão absolutória esbarra na natureza específica do remédio heróico de tutela do direito de locomoção contra coação ou abuso de poder, demonstrado de plano e, por isso mesmo, resta vedada a dilação probatória.
5. A alegada ausência de comprovação documental da presença do *Parquet* no interrogatório do paciente não foi apreciada pelo Tribunal de origem, de modo que o debate diretamente por esta Corte superior incorreria em indevida supressão de instância.
6. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. Corrigido erro material de ofício.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, receber os embargos de declaração como agravo regimental e lhe negar

Superior Tribunal de Justiça

provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator